

AUTISMO E INCLUSÃO: OS DESAFIOS E A NECESSIDADE DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Autism and inclusion: the challenges and the need for inclusion in schools in the state of
Rio Grande do Sul*

Alexandre Jardim¹  

Recebido: 24-05-2022

Aprovado: 23-06-2022

Resumo: O presente artigo tem como finalidade relatar experiências, assim como desenvolver uma reflexão sobre a inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas do estado do Rio Grande do Sul, com base num olhar pedagógico/transdisciplinar, onde são desenvolvidas habilidades diante da prática do professor em sala de aula, da mesma forma como na preparação de materiais específicos que proporcionem aos alunos agilidade, desenvolvimento do filtro afetivo, disciplina, respeito e educação para com os professores, colegas, diretores e funcionários dentro do ambiente escolar. A metodologia utilizada para compor este artigo partiu de uma pesquisa bibliográfica, com apoio de uma pesquisa interna desenvolvida em algumas escolas, da qual a prática aprimorou-se ao trabalho abordado.

Palavras-Chave: Autismo. Inclusão. Educação Especial.

Abstract: This article aims to report experiences, as well as to develop a reflection on the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in schools, in the state of Rio Grande do Sul, based on a pedagogical/transdisciplinary perspective, developing skills in the face of practice in the classroom, as well as in the preparation of specific materials that provide students with: agility, development of the affective filter, discipline, respect and education towards teachers, colleagues, directors, and employees within the school environment. The methodology used to compose this article started from bibliographic research, but with a part of the internal research developed in some schools, from which practice is improving to the addressed work.

Keywords: Autism. Inclusion. Special Education.

¹ Mestre em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) – Ijuí-RS, Brasil. Professor de Língua Inglesa do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: alexanray@yahoo.com.br

1 Introdução

Desde o início do século XX, as crianças com deficiência frequentam escolas especiais, onde se destinam a proporcionar educação a todos os alunos, porém os estudantes são divididos de acordo com as suas especificidades. No entanto, nos últimos anos tem havido um aumento do interesse do Estado do Rio Grande do Sul frente à inclusão desses aprendizes. Com isso, referimo-nos a esse movimento à integração das crianças com necessidades especiais na educação básica. O objetivo da integração é de proporcionar oportunidades educacionais iguais a todos os alunos, sem discriminação. A teoria da inclusão é de que todos os alunos com deficiência devem frequentar a mesma sala de aula que seus colegas sem necessidades especiais; cada aluno utilizando suas capacidades educacionais/especiais, onde frequentam aulas por meio de um programa transformador educacional específico.

A inclusão de educandos com autismo é uma questão controversa (delicada), onde existem muitas opiniões sobre o assunto, com grandes desafios e questões que precisam ser abordadas. Muitos enfrentam problemas ao entrar na escola regular, onde há risco de má adaptação social, principalmente quando o mau comportamento adaptativo emerge, o que torna a integração ainda mais difícil. A inclusão dessas crianças na escola depende principalmente da vontade, disposição, conhecimento, percepções e experiência do professor.

Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é desenvolver habilidades aos docentes para quem tenham uma visão ampla de técnicas/abordagens frente aos indivíduos com TEA nas aulas gerais. Mais especificamente, aprimorar a prática do professor acerca da implementação da legislação existente e da organização da integração de forma holística. O objetivo final visa enriquecer a criança acadêmica e informar à comunidade educativa quão importante é a inclusão para o seu desenvolvimento cognitivo e motor.

A indagação que inquieta é: Os professores estão satisfeitos com sua capacidade de organizar uma aula eficaz, diversificar o ensino e promover socialização para uma criança com TEA?; Qual é a visão sobre as condições básicas para a inclusão destes alunos?; Qual é o papel dos professores na integração de crianças com autismo nas redes escolares formais?

O professor é visto como um mediador no processo de inclusão, é ele quem facilita o contato inicial das crianças em a sala de aula, pois é sua responsabilidade envolvê-las nas

atividades de toda a turma, porém, muitos graduandos e graduados da licenciatura não possuem formação apropriada na área da educação especial para lecionar com as técnicas válidas referente aos níveis dos quais os alunos se encontram.

2 Inclusão social: a relação entre igualdade e diferença

O maior desafio da atualidade é proporcionar um ambiente de qualidade, sem distinção entre as diferenças sociais, que assegure um trabalho organizado/adaptado para atender às necessidades especiais dos alunos. O autismo não tem uma causa clara, é um distúrbio que causa atrasos no desenvolvimento cerebral, afetando principalmente sua interação social, comunicação e imaginação. Geralmente é diagnosticado a partir dos três anos de idade e algumas características são muito comuns e marcantes, como tendência ao isolamento, falta de movimentos antecipatórios, dificuldades de comunicação, alterações de linguagem, problemas comportamentais com atividades e movimentos repetitivos, resistência à mudança e atividade restrita da espontaneidade.

Estes alunos apresentam potencial cognitivo muito grande, embora não se manifestem em qualquer situação, e são capazes de memorizar uma grande quantidade de material que não tem significado ou efeito prático. Mesmo que as escolas tenham uma ampla gama de apoios e recursos para seus alunos com deficiência, uma criança permanecer sozinha e sem suporte de um professor auxiliar pode não ser adequado para sua inclusão. Ambientes inclusivos, principalmente após a segunda série, tendem a ter mais de 20 crianças em uma sala de aula com um único professor. Eles muitas vezes mudam os conteúdos rapidamente e exigem que as crianças respondam instantaneamente suas perguntas. Algumas crianças com autismo (com ou sem esse apoio) podem gerenciar tais configurações; outros os acham extremamente estressantes.

Durante esses anos, muitas pesquisas epidemiológicas são realizadas onde servem tanto em nível teórico quanto prático. Esses estudos são úteis porque os pesquisadores identificam a prevalência do transtorno e, assim, contribuem para o conhecimento sobre o desenvolvimento e a etiologia do autismo. As taxas epidemiológicas muitas vezes diferem. Em um contexto geral, o autismo ocorre em cerca de 100 crianças por 10.000 com idade inferior a 8 e 10 anos, onde estão associados ao autismo e outros transtornos invasivos do

desenvolvimento. Os meninos são 3 a 4 vezes mais propensos a serem diagnosticados com autismo do que as meninas.

Há três formas de divisão da integração dos alunos com necessidades especiais: espacial, social e funcional. A integração espacial refere-se aos casos em que as crianças com necessidades especiais não estão juntas na mesma escola, mas em espaços diferentes, havendo quase nada de contato entre elas.

O desenvolvimento das interações sociais entra em foco no tema, não em sala de aula, mas por meio de eventos escolares, como intervalos, comemorações de datas festivas e excursões para diferentes locais. Com a integração funcional, toda discriminação social é eliminada.

O aluno inserido na classe regular tem a oportunidade de participar de diversas atividades lúdicas, educativas e sociais, onde começam a expressar-se com maior facilidade, respeitar e discordar de opiniões, exercendo liderança e a aceitarem em serem liderados.

As atividades lúdicas são muito mais que momentos divertidos ou simples passatempos e, sim, momentos de descoberta, construção e compreensão de si; estímulos à autonomia, à criatividade, à expressão pessoal. Dessa forma, possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de aspectos importantes para a construção da aprendizagem. Possibilitam, ainda, que educadores e educando se descubram, se integrem e encontrem novas formas de viver a educação (PEREIRA, 2005, p. 20).

O objetivo da integração funcional com atividades lúdicas é ajudar os alunos com ou sem necessidades educacionais, orientando-os no desenvolvimento cognitivo e social, fazendo com que se tornem membros ativos tanto na escola quanto em sociedade.

As contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento integral indicam que elas contribuem poderosamente no desenvolvimento global da criança e que todas as dimensões estão intrinsecamente vinculadas: a inteligência, a afetividade, a motricidade e a sociabilidade são inseparáveis, sendo a afetividade a que constitui a energia necessária para a progressão psíquica, moral, intelectual e motriz da criança (NEGRINE, 1994, p.19).

Como mencionado acima, a integração é encontrada de várias formas, porém torna-se mais eficaz à medida que a sua implementação é promovida. Assim, as formas de socialização são distribuídas a partir das possibilidades de contato social.

Os pais normalmente não querem que seus filhos estejam no ambiente protetor da escola especial, mas, por outro lado, não se sentem seguros quando eles entram na escola

regular, pois temem que as crianças fiquem com atrasos educacionais em alguns aspectos em relação ao resto de seus colegas de classe. Nestas situações, a família necessita de serviços de aconselhamento para poderem compreender os problemas que podem surgir durante a inclusão.

Mesmo as melhores salas de aula de educação geral dependem em grande parte da instrução verbal (particularmente após a segunda série, quando os alunos devem se preparar para testes padronizados). Se uma criança realmente não consegue processar a linguagem falada ou escrita rapidamente, a sala de aula de educação geral pode ser uma combinação ruim para suas necessidades acadêmicas. Mesmo com um ajudante, uma criança pode acabar no mesmo espaço que os alunos típicos, mas de outra forma completamente segregada.

3 O autista e a prática inclusiva

Durante os arranjos que precisam ser feitos por uma escola regular onde as crianças com necessidades educacionais especiais estão incluídas, é muito provável que surjam problemas gerais e específicos. Esses problemas têm a ver com a organização da escola, sua arquitetura, seu funcionamento, a configuração das salas de aula, os funcionários e, claro, o currículo. O número de alunos nas turmas onde se incluam crianças com desenvolvimento atípico não deve ultrapassar os 20.

Os conteúdos programáticos, horários, os métodos de ensino e a organização da escola devem ser adaptados às necessidades das crianças. Os serviços médicos, psicológicos e sociais devem estar localizados na escola regular para apoiar o aluno e para trabalhar com o corpo docente. Evidentemente, parte integrante é a presença do educador especial na escola, para acompanhar a criança com necessidades notáveis e apoiar/auxiliar o professor do ensino geral.

O Atendimento Educacional Especial (AEE) tem o dever de identificar, desenvolver e organizar recursos de ensino e acesso que removam as barreiras à participação significativa dos alunos em escolas públicas e privadas com base em suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas por esses alunos do AEE devem ser diferentes das realizadas na sala de aula compartilhada e não devem substituir as aulas escolares, mas integrar o processo de aprendizagem dos alunos como um todo.

É inegável que as ações do governo aumentaram o ingresso de alunos autistas nas classes regulares após a chegada da política de 2008. Havia 2.204 alunos com essa diagnose nas escolas usuais; em 2012, esse número subiu para 25.624. Nesse cenário, é fundamental avaliar os aspectos qualitativos desse acesso.

O principal objetivo da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é o de

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento (BRASIL, 2008, p. 14).

Nesse sentido, as escolas passaram a ter como alvo os alunos que receberam todas essas formações gerais, capacitando-os para aprender e progredir nos níveis educacionais, da educação infantil ao ensino superior (Brasil, 2008).

Além disso, esses alunos passam a ter direito a uma estrutura física adequada às suas mais diversas necessidades, bem como abertura ao envolvimento da família e da comunidade no ambiente escolar, que deve ser sempre propício à interação e aprendizagem (Brasil, 2008).

Embora os tutores estejam dentro de seus direitos legais para insistir que uma criança com desafios comportamentais graves seja colocada em um ambiente inclusivo, esse ambiente pode não fazer sentido para a criança ou seus colegas de classe. A inclusão destina-se a promover relacionamentos positivos com os pares e aumentar as chances de uma criança se sair bem em um ambiente sem alterações; uma criança que grita, bate ou de alguma outra forma perturba seus colegas, o professor dificilmente obterá estes benefícios e poderá até ser perigoso. A criança pode se sair melhor em um ambiente onde seu comportamento não se modifique tanto frente aos métodos abordados pelo professor.

Há alguns fatores-chave que afetam a integração dos alunos, do mesmo modo referente aos tipos de necessidades especiais, bem como quaisquer deficiências adicionais. Tudo isso deve ser examinado e avaliado com muita precisão, para que o aluno tenha a oportunidade de participar de todas as tarefas. Desta forma a criança sentir-se-á mais segura e acolhida pela comunidade escolar.

Cada criança com autismo é diferente. Algumas crianças prosperam em uma sala de aula inclusiva, mas outras se sentem excluídas ou podem até ser intimidadas. Sim, essas questões podem ser abordadas em muitos casos, mas para alguns jovens, pelo menos por algum período de suas vidas, uma sala de aula especializada pode ser um ajuste social melhor. Quanto mais você souber sobre a criança especial, mais fácil será para você tomar uma decisão inteligente sobre como lidar com ela e suas dificuldades.

Klein (2010) afirma que o termo “inclusivo” tem sido usado como jargão no sistema educacional para marcar nosso desejo de sermos mais justos, democráticos e solidários uns com os outros. A inclusão vai além da inserção, fazendo-se necessário tornar o indivíduo parte de um todo, para que o mesmo não seja rotulado e excluído por apresentar comportamentos e características diferenciadas.

Já o ensino que possibilita educar de forma inclusiva para as diversidades, segundo Melo, Lira e Facion (2008, p.65),

[...] impõe a construção de um projeto que não se dará ao acaso nem de uma hora para outra e que não é uma tarefa individual. Ao contrário, trata-se de um trabalho coletivo, que envolve discussões e embates entre diferentes esferas (governo, sociedade, escola e indivíduo) em que seja possível refletir sobre que escola queremos construir e que indivíduos pretendemos formar.

Podemos entender que para ser verdadeiramente inclusivo, o sistema educacional precisa criar escolas e treinar professores e funcionários para entender a singularidade de cada criança, aprender a conviver, respeitar e, mais importante, oferecer a mesma educação de qualidade para todos, as mesmas condições de desenvolvimento.

Praça (2011, p.25) elucida que a criança com autismo:

[...] permanece em seu mundo interior como um meio de fugir dos estímulos que a cerca no mundo externo. Outro motivo para o autista permanecer em seu universo interior é o fato de que, em geral, o autista sente dificuldade em se relacionar e em se comunicar com outras pessoas uma vez que ele não usa a fala como meio de comunicação. Não se comunicando com outras pessoas acaba passando a impressão de que a pessoa autista vive sempre em um mundo próprio, criado por ela e que não se interage fora dele.

A Lei de Educação para Indivíduos com Deficiência faz pouca menção de como o comportamento de um aluno com autismo pode afetar o ambiente educacional. Da mesma forma, a jurisprudência da educação especial não oferece muita clareza sobre se isso pode

ou deve ser considerado ao colocar um aluno com deficiência em uma sala de aula inclusiva ou não.

Apesar de que as preocupações inclusivas possam interferir na aprendizagem de alunos sem deficiência, a pesquisa limitada que existe sobre o assunto não é conclusiva. Os defensores da área de educação especial argumentam que os alunos sem deficiência se beneficiam da interação com seus colegas que têm deficiências como o autismo. Estudos mostraram que alunos neurotípicos ganham habilidades sociais, amizades, melhor aceitação e compreensão de alunos com deficiência quando compartilham salas de aula, mas isso exigirá mais pesquisas para determinar se os benefícios para os alunos superam as possíveis desvantagens.

4 Análise e a Prática Inclusiva

Como podemos resolver os problemas destes alunos?

- Identificar o que desencadeia altos níveis de estresse e ansiedade;
- Reconhecer as estratégias que os alunos possam usar para diminuir seu próprio estresse e ansiedade, mas não tentar restringi-los de seus hobbies/interesses ou comportamento auto-estimulatório (*stimming*) para reduzir a ansiedade;
 - Fornecer maneiras de identificar seus próprios níveis crescentes de estresse e estratégias para gerenciá-los, como por exemplo, o balde de nivelamento, brinquedos contra ansiedade, análise de gráficos e a técnica de tartaruga para se acalmar;
 - Criar um lugar seguro: algum lugar da escola onde o aluno possa ter tempo e espaço longe de qualquer fonte de ansiedade. Se o espaço é um problema, pode ser uma barraca de brincar, almofadas e/ou um cobertor em momentos de alta ansiedade, o que permite que o indivíduo se sinta protegido.

Seja um parceiro de comunicação de apoio: alunos com autismo se comunicam de várias maneiras, e será importante experimentar materiais ou dispositivos que sejam eficazes e preferidos por eles. Considere as dicas a seguir sobre como descobrir o momento de “voz” de seu aluno.

Não diga para o aluno: “olhe para mim”! Você deve respeitar a prevenção do olhar, porque o contato visual pode ser desconfortável e até doloroso para crianças com autismo.

Alguns podem apreciar truques para se conectar com um parceiro de comunicação, como olhar para um ponto focal diferente. Por exemplo: testa, nariz.

Considere o nível de voz quando estiver lecionando e dos alunos: brincar com o tom de voz pode ser útil para se conectar com a criança, ou seja: sussurro, voz cantada e imitações engraçadas de personagens.

Modos de output: experimente diferentes modos de saída de mensagem se parecer haver uma falha de comunicação, assim como texto/mensagem no celular, escrever no próprio caderno do aluno, ou fornecer recursos visuais para sua concentração.

Compreender os sistemas de comunicação aumentativa e alternativa - A comunicação aumentativa e alternativa geralmente envolvem um dispositivo ou modo para construir e transmitir uma mensagem (fotos, placa de comunicação, computador). Esteja atento e use a atenção visual e auditiva para garantir que os alunos tenham a oportunidade de participar plenamente das conversas.

Linguagem Figurativa e Metáforas – Muitos alunos interpretam a linguagem literalmente e podem precisar de ajuda para entender expressões idiomáticas, piadas, gírias e sarcasmo. Verifique novamente a compreensão e forneça oportunidades para que eles aprendam sobre a linguagem, assim como criar jogos; algo que colabore para que eles desenvolvam ideias novas.

A escrita pode ser uma importante fonte de tensão e luta para alunos com autismo, pois alguns não sabem escrever e outros que sabem podem ter dificuldade em fazê-lo. A fim de apoiar um aluno com dificuldades na escrita, o professor deve encorajar a criança gentilmente enquanto ela tenta escrever alguma coisa - uma palavra, uma frase ou algumas linhas. Para alguns alunos, usar um processador de texto ao escrever os ajuda a se concentrar na tarefa em questão (conteúdo) em vez de em suas habilidades motoras (processo).

5 Considerações Finais

As crianças com autismo têm o direito de estudar, e há muitos benefícios de ter todos os alunos juntos em um ambiente inclusivo, desde que professores, pais e toda a equipe de apoio trabalhem em conjunto para tornar a inclusão benéfica para todos. Alunos com autismo não apenas aprendem com seus colegas, mas também os ensinam enquanto reduzem o preconceito, o que cria atitudes e relacionamentos positivos em relação à inclusão.

Ambientes inclusivos podem reduzir a barreira devido à interação entre todos eles, com isso, professores devem desenvolver as práticas de forma continuada, porque essas diferenciações auxiliam o aprendizado do aluno. Os transtornos do espectro do autismo são definidos por déficits na comunicação social e verbal, comportamentos repetitivos e estereotipados não explicados pelo atraso global do neurodesenvolvimento. Existem níveis de gravidade variáveis, e a desordem acaba afetando a vida diária. Sendo assim, professores, familiares, e a equipe de apoio devem se reunir antes do início do ano letivo para debater sobre as melhores estratégias de aprendizagem para cada aluno autista, pois estes podem ser ensinados e conectados a seus interesses e habilidades quando estão em uma sala de aula inclusiva, o que pode gerar mais sucesso para a criança.

Quando o assunto é referente ao sujeito com TEA, se torna primordial o diálogo entre os envolvidos no processo de adaptação na sociedade, tendo em vista que a relação dos profissionais com a família é de extrema importância para o desenvolvimento do autista, permitindo avanços significativos no âmbito social e educacional.

Semensato e Bosa (2013), exclamam que a união entre os profissionais da saúde com a família é fundamental durante o processo de adaptação da criança com autismo na sociedade, não esquecendo a importância da educação no processo educacional.

[...] uma aliança precisa começar a se estabelecer entre a família e o profissional da saúde, não importando ser este um médico, um psicólogo ou um fonoaudiólogo. Essa aliança configura-se como uma parceria na qual o profissional começa a fazer parte dessa caminhada com a família, no sentido de buscar o melhor atendimento específico para aquela criança. [...] além, dos profissionais da saúde, a escola também tende a ser vista como um importante recurso auxiliar no desenvolvimento da criança, como apoio no manejo de certas rotinas desgastantes e como uma forma de ligação entre pais e alguns serviços [...] (SEMENSATO; BOSA, 2013, p. 92-93).

A identificação precoce, a intervenção da fonoaudiologia, psicomotricidade e terapia ocupacional são cruciais, assim como a integração social em creches e escolas regulares. O diagnóstico que é descoberto cedo e aprimorado com terapias continuam sendo a base para garantir melhores resultados e uma melhor chance de integração total na sociedade.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESPE). **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília,

MEC/SEESP, 2008. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 18 de maio.
2022.

KLEIN, R. R. **A escola inclusiva e alguns desdobramentos curriculares**. In: KLEIN, R. R.; HATTGE, M. D (Org.). *Inclusão escolar: implicações para o currículo*. São Paulo: Pia Sociedade Filhas de São Paulo, 2010.

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e Desenvolvimento Infantil: Simbolismo e Jogos**. Porto Alegre: Prodil, 1994.

MELO, S. C. de.; LIRA, S. M. de.; FACION, J. R.; **Políticas inclusivas possíveis implicações no ambiente escolar**. In: FACION, J. R (Org.). *Inclusão escolar e suas implicações*. Curitiba: Ibipex, 2008.

PEREIRA, Lucia Helena Pena. **Bioexpressão: a caminho de uma educação lúdica para a formação de educadores**. Rio de Janeiro: Mauad X: Bapera, 2005.

PRAÇA, E. T. P. de. O. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de ciências exatas. Pós-Graduação em Educação Matemática, Juiz de Fora, 2011. 140 páginas.

SEMENSATO, Márcia Rejane. BOSA, Cleonice Alves. **A família das crianças com autismo: contribuições empíricas e clínicas**. In: SCHMIDT, C (org) *Autismo, educação e transdisciplinaridade*. Campinas, SP: Papirus, 2013.